

Governo impõe economia de guerra aos estados

JORNAL DE BRASÍLIA

ATÉ ONDE VAI O ARROCHO

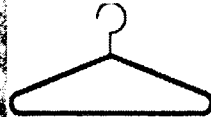
Veja quais são as medidas de ajuste fiscal impostas aos estados que aceitarem entrar no programa

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou ontem um programa de socorro financeiro aos estados endividados devido a empréstimos de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO), junto aos bancos privados, com taxas de até 10% ao mês. Os estados devem cerca de R\$ 1,7 bilhão aos bancos privados. A partir de agora, eles poderão recorrer às linhas de financiamento da Caixa Econômica Federal, com juros mais baixos, mas terão que se submeter a um rigoroso programa de ajuste de suas finanças, que será monitorado pelo Governo Federal.

Os estados terão direito a tomar empréstimo pelo programa até o limite total de suas dívidas consolidadas até ontem, desde que o valor pedido não ultrapasse à média mensal dos repasses do Fundo de Participação dos Estados de janeiro a outubro. O Ministério da Fazenda pode autorizar excepcionalmente empréstimo superior a esse limite, desde que o estado não comprometa mais de 4% de suas receitas com as prestações. O prazo de financiamento será de 24 a 36 meses. Segundo Malan, os empréstimos terão

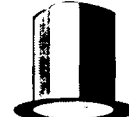
que ser pagos pelos atuais governadores, ou seja, até dezembro de 1998.

Para obter o financiamento, o estado não poderá estar em débito com o INSS, FGTS nem estar inscrito no cadastro de inadimplentes e ainda terá que obter autorização de sua Assembléia Legislativa. Será assinado um contrato com o estado no qual o governador se compromete a reduzir gastos com pessoal, a efetuar uma reforma patrimonial, com privatização e concessão de serviços públicos, a aumentar a arrecadação de impostos, a cumprir metas de equilíbrio fiscal e a reduzir o endividamento. Assim que for assinado o contrato, o estado fica automaticamente proibido de fazer operações de ARO. O Governo proibiu ainda a rede bancária de fazer novas operações de ARO que aumentam a dívida dos estados, mesmo que eles não entrem no programa. Os estados darão como garantia aos empréstimos as receitas do ICMS e do Fundo de Participação, e a União terá poder de reter as receitas dos estados que não pagarem as prestações.



Pessoal

- ☒ As despesas com pessoal não podem ultrapassar 60% das receitas
- ☒ Limites máximos de remuneração dos servidores
- ☒ Reduzir o quadro de funcionários
- ☒ Proibido o reajuste de salário com periodicidade inferior ou com percentual superior ao concedido pelo Governo Federal
- ☒ Revogar os benefícios e as vantagens dos funcionários estaduais que não sejam também concedidas aos federais
- ☒ Adaptar as constituições estaduais à reforma administrativa e previdenciária



Privatização

- ☒ Até junho de 1996, lançar programas de privatização e concessão de serviços públicos
- ☒ Implantar mecanismos de controle das estatais



Arrecadação

- ☒ Lançar programas de aumento de arrecadação e modernizar as secretarias da fazenda
- ☒ Apresentar relatórios mensais ao Tesouro Nacional (sobre orçamento, finanças, patrimônio e cumprimento das metas estabelecidas)

- 1 DEZ 1995

Compromissos fiscais e de controle do endividamento



- ☒ Obter resultados primários por trimestre, visando atingir equilíbrio operacional
- ☒ Não contratar novas operações de antecipação de receita
- ☒ Comprometer-se a destinar até 11% das receitas para pagamento da dívida contratual